

NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-11 | Companhia Fechada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

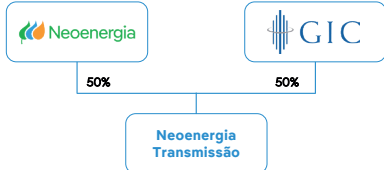
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Transmissão reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA TRANSMISSÃO

A Neoenergia Transmissão ("Companhia"), controlada 50% pela Neoenergia S.A. e 50% pela Warrington Investment Pte. Ltd (GIC), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

1.1. Estrutura Societária

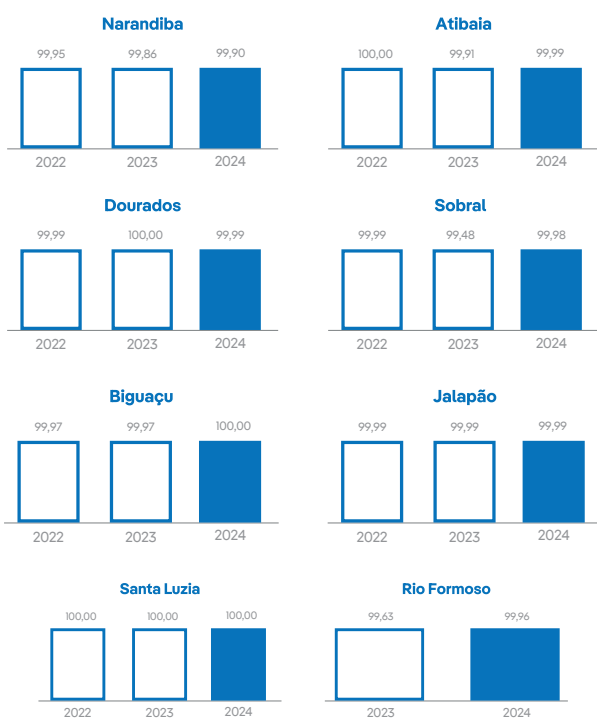
Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 29 de setembro de 2023, ocorreu o *closing* da operação de venda de participação societária de 50% das ações da Neoenergia em oito ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Naranitiba e Rio Formoso) para o GIC, anunciada ao mercado em abril de 2023. Com essa venda, houve uma reorganização societária, na qual os ativos adquiridos pelo GIC foram aportados na Holding de Ativos Operacionais (Neoenergia Transmissão), com estrutura de Co-Controle entre os sócios (50%/50%). Além da venda, o acordo também dá ao GIC direito de primeira oferta em relação à potencial venda futura de 50% de participação nos ativos de transmissão em construção pela Neoenergia (Guanabara, Vale do Itajaí, Lagoa dos Patos, Morro do Chapéu e Alto do Parnaíba) e para Potiguar Sul, Itabaipana, Estreito e Paraisópolis, esses três últimos entregues em 2024, além de possibilitar a análise e participação conjunta do GIC e da Neoenergia em futuros leilões de Transmissão no Brasil, nos lotes que tiverem interesse mútuo. Em 2024, a taxa de disponibilidade das controladas ficou acima do limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Disponibilidade Transmissoras (%)



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Empresa	Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema - Gilbués II	3	500kV	418	29/12/2021	09/03/2048
	LT Gilbués II - Barreiras II	2	500kV	311	16/01/2022	09/03/2048
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 kV Santa Luzia II - Campina Grande III	1	500kV	125	28/06/2021	09/03/2048
	LT 500 kV Santa Luzia II - Milagres II	1	500kV	220	07/11/2021	09/03/2048
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	210	30/01/2023	20/03/2050
	LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	2	230kV	137	21/07/2020	11/08/2047
Dourados (EKTT 12)	LT Rio Brilhante - Campo Grande 2	1	230kV	149	01/05/2021	11/08/2047
	LT Campo Grande 2 - Imbirussu	2	230kV	57	01/05/2021	11/08/2047
	LT Nova Porto Primavera - Ivinhema 2	2	230kV	64	27/12/2020	11/08/2047
	LT Rio Brilhante - Dourados 2	1	230kV	122	03/08/2021	11/08/2047
	LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48	03/08/2021	11/08/2047
	LT 230KV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	210	30/01/2023	20/03/2050

Nota: os km de extensão refletem os valores reportados nos respectivos contratos de concessão.

3.2. Subestações em operação

Subestações em Operação - Características Físicas						
Empresa	Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
Santa Luzia (EKTT 02)	SE Santa Luzia II	500kV	-	28/06/2021	09/03/2048	
	SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV	500/230kV	600	30/01/2023	20/03/2050	
Rio Formoso (EKTT 06)	SE 230/138kV Rio Formoso II	230/138kV	400	30/01/2023	20/03/2050	
	SE Dourados 02	230/138kV	2 x 150	03/08/2021	11/08/2047	
Atibaia (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	500kV	-	20/12/2019	11/08/2047	
	SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	525kV	-	18/07/2020	11/08/2047	
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	500kV	-	22/01/2020	11/08/2047	
	Brumado II	230/138	100	21/09/2014	27/08/2042	
Naranitiba	Extremoz II	230/69	300	04/07/2015	10/05/2042	
	Naranitiba	230/69	300	06/06/2011	28/01/2039	

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é representada pela soma da RAP das 8 empresas controladas, totalizando R\$455,616 mil. Todas as controladas possuem RAP corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e prazo de concessão de 30 anos, contados a partir da assinatura de seus respectivos contratos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras						
Empresa	Linha de Transmissão / Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema - Gilbués II	100%	175.831	2028	Junho	IPCA
	LT Gilbués II - Barreiras II	100%	175.831	2028	Junho	IPCA
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 kV Santa Luzia II - Campina Grande III	100%	80.020	2028	Junho	IPCA
	LT 500 kV Santa Luzia II - Milagres II	100%	80.020	2028	Junho	IPCA
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2	100%	23.945	2025	Junho	IPCA
	SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV	100%	23.945	2025	Junho	IPCA
Dourados (EKTT 12)	SE 230/138kV Rio Formoso II	100%	92.744	2028	Junho	IPCA
	LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	100%	92.744	2028	Junho	IPCA
	LT Rio Brilhante - Campo Grande 2	100%	92.744	2028	Junho	IPCA
	LT Campo Grande 2 - Imbirussu	100%	92.744	2028	Junho	IPCA
	LT Nova Porto Primavera - Ivinhema 2	100%	92.744	2028	Junho	IPCA
	LT Rio Brilhante Dourados 2	100%	92.744	2028	Junho	IPCA

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras

Empresa	Linha de Transmissão / Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Atibaia (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	100%	18.978	2028	Junho	IPCA
Biguaçu (EKTT 14)	SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	100%	18.672	2028	Junho	IPCA
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	100%	17.281	2028	Junho	IPCA
Naranitiba	Brumado II	100%	7.012	2028	Junho	IPCA
	Extremoz II	100%	5.008	2027	Junho	IPCA
	Naranitiba	100%	16.125	2024	Junho	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

	DRE (R\$ mil)		Variação	
	2024	2023 ⁽¹⁾	R\$	%
Receita líquida	575.586	176.388	399.198	226%
Custo de construção	(2.293)	3.241	(5.534)	(171%)
Margem Bruta	573.293	173.147	399.644	231%
(-) Despesas Operacionais	(50.118)	(17.638)	(32.480)	(185%)
(-) PECLD e Contencioso	3.944	(2.676)	6.620	(247%)
EBITDA	527.119	175.185	351.934	201%
Depreciação	(1.306)	(968)	(338)	100%
Resultado Financeiro	(151.912)	(36.275)	(115.637)	319%
IR CS	(100.899)	(23.917)	(76.982)	322%
Lucro Líquido	273.002	114.025	158.977	139%

Os valores reportados são a partir de agosto de 2023, data em que houve o aporte de capital com os 8 ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Naranitiba e Rio Formoso).

Vale destacar que os incrementos em relação ao ano anterior também foram influenciados pela diferença no período de comparação, dado que 2023 contava com apenas 5 meses de consolidação e 2024 com o ano cheio.

A margem bruta da Neoenergia Transmissão foi de R\$ 573.293 mil em 2024, sendo referente à consolidação da margem desses oito ativos operacionais e refletindo o ajuste da RAP das transmissoras para o ciclo 2024-2025.

O custo de construção de 2024 foi de R\$ 2.293 mil, refletindo os custos de manutenção dos ativos, uma vez que todos estão operacionais.

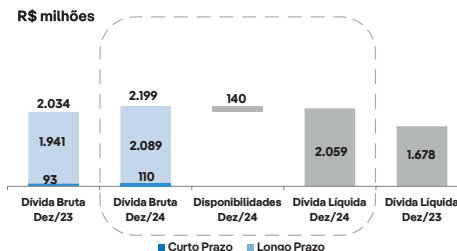
As despesas operacionais totalizaram R\$ 50.118 mil.

O EBITDA encerrou o ano em R\$ 527 mil e o lucro líquido em R\$ 273 mil.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida de Neoenergia Transmissão, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.059 milhões (dívida bruta de R\$ 2.199 milhões), apresentando um crescimento de 23% (R\$ 381 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Transmissão possui 95% da dívida contabilizada no longo prazo e 5% no curto prazo.



DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A. e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A. sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023 ⁽¹⁾	2024	2023 ⁽¹⁾
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	99.626	309.633	6.669
Contas a receber de clientes e outros	8	56.339	53.846	-
Títulos e valores mobiliários		38.594	44.528	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	21.635	23.132	6.132
Outros tributos a recuperar		1.966	1.780	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10.1	436.552	417.384	16.547
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	28.583	20.666	59
Outros ativos circulantes		683.295	870.969	22.407
Total do circulante		1.941.658	2.110.277	115.833
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários		2.107	1.904	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	107	135	-
Outros tributos a recuperar		905	905	-
Depósitos judiciais	13.1.c	21.305	21.412	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	4.746.932	4.601.840	-
Outros ativos não circulantes		90	92	-
Investimentos	10	-	1.929.299	2.155.770
Imobilização		15.293	15.001	-
Intangível		178	933	-
Total do não circulante		4.788.449	4.642.222	1.929.299
Total do ativo		5.471.744	5.513.191	1.958.706
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	51.800	60.013	-
Empréstimos e financiamentos	12.2	109.857	93.189	-
Tributos sobre o lucro a recolher	6.1.3	433	471	15
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	8.746	17.484	2.572
Dividendos a pagar	14.2.b	9.012	35.191	9.011
Outros passivos		14.830	4.682	-
Total do circulante		194.658	211.027	115.833
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12.2	2.089.350	1.940.631	-
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	7.201	622.588	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	465.601	450.861	-
Provisões	13	54.519	57.358	-
Outros passivos		376	398	-
Total do não circulante		3.329.963	3.071.836	-
Patrimônio líquido				
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	1.947.123	2.230.328	1.947.123
Total do patrimônio líquido		1.947.123	2.230.328	1.947.123
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.471.744	5.513.191	1.958.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Transmissão S.A. ("Controladora" ou "Companhia") com sede na Rua Ary Antenor de Souza, 321 - Sala Z - Jardim Nova América, Campinas - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 25 de abril de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. e celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) ("SPA") com a *Warrington Investment Pte. Ltd.*, referente a operação de venda de 50% da participação societária da, até então, controlada Neoenergia Transmissão (anteriormente denominada Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A.), pelo valor de R\$ 1.200.000, sujeito a ajustes de preço usuais. Em 25 de agosto de 2023, como condição precedente para implementação da operação, a Neoenergia S.A. contribuiu ao capital social da Neoenergia Transmissão, por meio da subscrição da totalidade de sua participação nas seguintes sociedades: Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A., SE Naranitiba S.A. e Neoenergia Rio Formoso Transmissão de Energia S.A. A seguir a composição dos ativos e passivos que foram aportados:

Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa			278.356
Contas a receber de clientes e outros			54.877
Títulos e valores mobiliários			30.429
Concessão do serviço público (ativo contratual)			412.167
Outros ativos circulantes			24.433
Total do circulante			800.262
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários			1.814
Depósitos jud			

NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-11 | Companhia Fechada

Em 29 de setembro de 2023, as condições precedentes, além das aprovações prévias aplicáveis foram integralmente cumpridas e a transação foi concluída. Nessa mesma data, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A. para Neoenergia Transmissão S.A. **1.1. Condições do serviço público e autorizações de serviços de energia elétrica:** A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abarcam medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito está limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. As empresas subsidiárias possuem o direito de explorar as seguintes concessões de transmissão de energia:

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
SPE SE Naranidiba S.A. (SE Naranidiba)	Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2019
SPE SE Naranidiba S.A. (SE Extremoz)	Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2022
SPE SE Naranidiba S.A. (SE Brumado)	Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2023
Coaral	São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Atibaia	Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Biguaçu	Mato Grosso do Sul	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Dourados	São Paulo	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Santa Luzia	Paraná e Ceará	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Jalapaço	Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Rio Formoso	Bahia	20/03/2020	20/03/2050	5 anos	-

1.2 Gestão de risco financeiro e operacional: Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.2.1 Gestão de Risco Financeiros:** Considerações gerais e políticas internas. A Política de Gestão de Risco da Companhia define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através de uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou ao rendimento das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais impactos da inflação. (iii) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma consistente com as preferências de risco e perfil de risco. Os fluxos de caixa e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus compromissos financeiros. Os fluxos de caixa e obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (nota 12). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou *“non performance”* de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Rating	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	-
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Besa	AAA	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.2.2 Gestão de Riscos Operacionais: (a) Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Risco operacional - substabeleções e usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	340.664
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	340.664
Responsabilidade civil geral	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
D&O	17/12/2024 a 17/12/2025	60.000
Veículos - operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as consolidadas são o resultado de instituições financeiras que a Companhia assume o controle, nesse caso a partir de 25 de agosto de 2023 até a data em que o controle cesse. Todas as transações entre a Neoenergia Transmissão e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de fevereiro de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
8.1	Perdas de crédito esperadas
9	Concessão de serviço público (ativo contratual)
13.1	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS/ IFRS 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como orientações na nota 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem em Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC nº (PI): Demonstração de Fluxos de Caixa Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objeto principal é elucidar requisitos normativos para elaboração de demonstrações de fluxos de caixa contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	537.337	221.846
Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT	11.375	4.585
Receita de operação e manutenção	53.219	20.642
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	32.635	(51.118)
Construção de infraestrutura da concessão	3.482	-
Outras receitas	-	123
Receita operacional bruta	638.048	196.078
(-) Tributos gerais (nota 5.1)	(55.688)	(16.939)
(-) Encargos setoriais (nota 5.1)	(66.774)	(2.751)
Dedução da receita operacional bruta	(62.462)	(19.690)
Receita operacional líquida	575.586	176.388

(1) A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

	Consolidado	
	2024	2023
PIS e COFINS - Correntes	(41.823)	(17.221)
PIS e COFINS - Diferidos	(13.865)	282
Tributos gerais	(55.688)	(16.939)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.334)	(1.775)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSSE	(1.693)	(697)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(747)	(279)
Encargos setoriais	(6.774)	(2.751)
Total	(62.462)	(19.690)

3.2. Política contábil material: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente conforme obrigação de desempenho executadas no período. O reconhecimento da receita de operação e manutenção ocorre somente a partir da entrada em operação comercial até o prazo de vencimento de concessão. Esta receita calculada de acordo com a consideração dos custos incorridos no contrato de concessão, menos estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2024, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% e 17%, nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8% e 11% a.a.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Custos de operação administrativas	Despesas gerais e operacionais	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(75)	-	(75)	-
Serviços de terceiros	(40.239)	(31.04)	(43.343)	(80)
Depreciação e amortização	(619)	(686)	(1.305)	-
Provisão para processos judiciais	-	3.012	3.012	-
Impostos, taxas e contribuições	(132)	(292)	(424)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.325)	(951)	(6.276)	(82)
Total	(46.390)	(2.021)	(48.411)	(162)
Consolidado	2023	Controladora	2023	2023
Custos de operação administrativas	Despesas gerais e operacionais	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	1.096	(891)	205	-
Administradores	-	802	802	-
Serviços de terceiros	(15.034)	(618)	(15.652)	(104)
Depreciação e amortização	(687)	(281)	(968)	-
Provisão para processos judiciais	-	(1.237)	(1.237)	-
Impostos, taxas e contribuições	(51)	(663)	(714)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.323)	15.914	13.591	-
Total	(16.999)	13.026	(3.973)	(104)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras	35.764	16.403	2.256	201
Renda de aplicações financeiras	(1.724)	(771)	(127)	(9)
(-) Tributos sobre receita financeira	27	98	-	-
Juros e encargos de contas a receber de clientes	1.011	514	-	-
Atualização de depósitos judiciais	2	91	-	-
Outras receitas financeiras	2	91	-	-
Despesas financeiras	35.080	16.335	2.129	192
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(177.717)	(47.619)	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais (OJ)	(3.815)	(1.565)	-	-
Outras despesas financeiras	(592)	(22)	(405)	-
	(6.477)	(2.202)	(2.791)	(3.149)
(188.601)	(53.078)	(5.196)	(3.149)	

Outros resultados financeiros, líquidos
Outras variações monetárias, líquidas

	1.609	469	462	-
	1.609	469	462	-
Resultado financeiro, líquido	(151.912)	(36.274)	(605)	(2.957)

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

6.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação de despesas dos tributos sobre o lucro e rendas divulgadas e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	373.901	137.943	275.002	114.064
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(127.126)	(46.901)	(92.821)	(38.782)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	20.094	22.041	9.934	10.472
Incentivos fiscais	24	281	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	93.081	40.268
Diferença de presunção de base do lucro presumido	15.752	6.264	-	-
Outras adições (reversões)	(9.643)	(5.603)		

NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-11 | Companhia Fechada

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

10.1. Mutações ocorridas durante o exercício: As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	2.155.770	-
Integração de capital com investidas (nota 1)	-	2.198.558
Resgate de ações	(64.500)	-
Dividendos e JCP declarados	(435.739)	(159.913)
Equivalência patrimonial no resultado	273.768	117.125
Saldo final do exercício	1.929.299	2.155.770

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e JCP a receber:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	43.036	-
Declarados	435.739	159.913
Imposto de renda retido na fonte	(4.481)	(5.104)
Recebidos	(457.747)	(111.773)
Saldo final do exercício	16.547	43.036

10.2. Relação das subsidiárias: As empresas subsidiárias estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	2024
SE Naranitiba S.A. - Naranitiba	Transmissão	100,00%
Neoenergia Jalação Transmissão de Energia S.A. - Jalação	Transmissão	100,00%
Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. - Santa Luzia	Transmissão	100,00%
Neoenergia Rio Formoso Transmissão e Energia S.A. - EKT 6	Transmissão	100,00%
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. - Dourados	Transmissão	100,00%
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. - Atibaia	Transmissão	100,00%
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. - Biguaçu	Transmissão	100,00%
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. - Sobral	Transmissão	100,00%

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Materiais e serviços	51.800	60.013	-	19
Total	51.800	60.013	-	-

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Dívida líquida: A Companhia avalia o caixa líquido de dívida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	228.077	241.332	-	-
Agências de fomento	1.799.897	1.792.485	-	-
Mercado de capitais	171.213	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.199.187	2.033.817	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(99.626)	(309.633)	-	-
(-) Títulos e valores mobiliários	(40.701)	(46.432)	-	-
Caixa líquido de dívida	2.058.860	1.677.752	-	-

12.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	Consolidado	
	2024	2023
Denominados em R\$	2.207.622	2.043.135
Indexados a taxas flutuantes	-	80
Indexados a taxas fixas	(8.435)	(9.398)
(-) Custos de transação	2.199.187	2.033.817
Circulante	109.837	93.186
Não circulante	2.089.350	1.940.631

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽²⁾	Total
2025	99.340	101.408	200.749
2026	104.321	98.816	203.137
2027	110.015	101.523	211.538
2028	117.370	101.599	218.969
2029	287.346	99.607	386.953
Entre 2030 e 2034	772.452	366.995	1.139.446
Entre 2035 e 2039	1.090.872	269.768	1.360.640
2040 em diante	1.180.744	87.609	1.268.353
Total	3.762.460	1.227.326	4.989.786

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 11,24 anos. **c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:**

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	2.033.817	-
Integração de capital - aporte de ativos (nota 1)	-	2.022.739
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	162.000	18.768
Amortizações de principal	(92.272)	(20.019)
Custo de captação	-	(425)
Pagamento de encargo de dívida	(82.076)	(26.864)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	177.717	47.618
Varição cambial	-	-
Saldo final do exercício	2.199.187	2.033.817

12.3. Política contábil material: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2024	2023
Provisão para processos judiciais	40.247	42.181
Provisão para obrigações ambientais	14.272	15.207
Total Não Circulante	54.519	57.358

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis e trabalhistas em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	42.151	-
Integração de capital - aporte de ativos (nota 1)	-	40.659
Reversões	(4.643)	210
Atualizações monetárias	2.739	1.282
Saldo final do exercício	40.247	42.151

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

• Ações cíveis relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel no montante de R\$ 40.247. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Processos cíveis (i)	33.661	4.343
Processos trabalhistas (ii)	724.176	217
Processos fiscais (iii)	1.511	1.301
Total	759.349	5.861

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.; (ii) **Processos trabalhistas:** referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo o cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reequiparamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras; e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.; (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da Neoenergia Transmissão S.A., **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consoli-**

	Consolidado	
	2024	2023
Processos cíveis	16.553	16.974
Processos trabalhistas	-	30
Processos fiscais	4.752	4.408
Total	21.305	21.412

13.2. Política contábil material e julgamentos críticos: (a) Política contábil material: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não se faz possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos parâmetros jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (b) Estimativas e julgamentos críticos. Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.199.059, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.802.259,150 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	901.129.575	50%	901.129.500
Warrington Investment Pte. Ltd	901.129.575	50%	901.129.500
Total	1.802.259.150	100%	1.802.259

14.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do período/exercício	273.002	114.025	273.002	114.025
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	2.199.059	2.199.059	2.199.059	2.199.059
Lucro básico e diluído por ação	0,12	0,05	0,12	0,05

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	273.002	114.025
Reserva legal	(13.650)	(5.701)
Lucro líquido a distribuir	259.352	108.324
Remuneração	-	-
Mínima obrigatória ⁽¹⁾	64.838	27.081
Remuneração adicional	69.001	55.675
Dividendos adicionais propostos	125.513	25.568
Total	259.352	108.324

Natureza da remuneração

	Controladora	
	2024	2023
Dividendos	230.135	77.523
Juros sobre capital próprio	29.217	30.801
Total	259.352	108.324

Remuneração total por ação

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Consolidado		Valor por ação	
	2024	2023	2024	2023
Deliberação				
AGO de 11 de março de 2024	Dividendos adicionais propostos 2023	25.568	0,012	-
RCA de 27 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	6.789	0,003	-
RCA de 26 de abril de 2024	Dividendos intermediários	48.622	0,022	-
RCA de 26 de julho de 2024	Dividendos intermediários	4.402	0,002	-
RCA de 26 de julho de 2024	Dividendos intermediários	5.000	0,002	-
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	7.424	0,004	-
RCA de 01 de novembro de 2024	Dividendos intermediários	51.000	0,028	-
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	10.602	0,006	-

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo ao início do exercício	35.191	-	26.181	-
Integração de capital - aporte de ativos (nota 1)	-	37.707	-	30.700
Dividendos distribuídos	159.407	82.756	159.407	82.756
Imposto de renda retido na fonte	(4.382)	(4.619)	(4.382)	(4.620)
Dividendos pagos no exercício	(181.204)	(80.653)	(172.194)	(51.955)
Saldo ao final do exercício	9.012	35.191	9.012	26.181

14.3 Reserva de lucros: a) Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absolver prejuízos ou para aumento de capital. **14.4 Política contábil material:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação de serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2024		2023	
	Controladora	Controladas	Acionistas e outros	Acionistas e outros
Ativo				
Contas a receber de clientes e outros (a)	-	-	-	12.048
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	16.547	-	-	-
Total	16.547	-	-	12.048
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (c)	-	16.547	3.049	9.012
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	16.547	12.061
Total	-	16.547	19.596	21.073

	2024		2023	
	Controladora	Controladas	Acionistas e outros	Acionistas e outros
Ativo				
Contas				